

A.I. Nº - 281332.0016/12-2
AUTUADO - FUJICLICK CINE FOTO LTDA.
AUTUANTE - MÔNICA CAVALCANTI SILVA ARAÚJO
ORIGEM - INFAZ ATACADO
INTERNET - 07. 03. 2013

1ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF Nº 0031-01/13

EMENTA: ICMS. 1. ALÍQUOTA. ERRO NA SUA DETERMINAÇÃO. Infração reconhecida. 2. DOCUMENTOS FISCAIS. NOTAS FISCAIS. FALTA DE ESCRITURAÇÃO DE NOTA FISCAL NO REGISTRO DE ENTRADAS. MERCADORIA NÃO SUJEITA A TRIBUTAÇÃO. Infração reconhecida. 3. INSCRIÇÃO CADASTRAL. MERCADORIAS DESTINADAS A CONTRIBUINTES EM SITUAÇÃO CADASTRAL IRREGULAR. IMPOSTO NÃO RETIDO PELO FORNECEDOR. Constitui obrigação acessória do contribuinte-vendedor exigir do contribuinte-comprador a exibição do extrato do Documento de Identificação Eletrônico (DIE), para comprovar a sua situação cadastral. Infração subsistente. 4. ANTECIPAÇÃO TRIBUTÁRIA. ANTECIPAÇÃO PARCIAL. a) FALTA DE PAGAMENTO DO IMPOSTO. Infração reconhecida. b) MULTA DE 60% SOBRE O IMPOSTO QUE DEVERIA TER SIDO PAGO POR ANTECIPAÇÃO. Infração reconhecida. Auto de Infração **PROCEDENTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração em lide, lavrado em 28/09/2012, formaliza a constituição de crédito tributário no valor de R\$19.332,08, em decorrência do cometimento das seguintes infrações à legislação do ICMS imputadas ao autuado:

1. Recolheu a menos ICMS em razão de erro na aplicação da alíquota cabível nas saídas de mercadorias regularmente escrituradas, nos meses de janeiro a maio, julho, setembro a dezembro de 2007, janeiro, abril, junho a dezembro de 2008, sendo exigido ICMS no valor de R\$3.866,18, acrescido da multa de 60%;
2. Deu entrada no estabelecimento de mercadorias não tributáveis sem o devido registro na escrita fiscal, nos meses de junho, novembro e dezembro de 2007, sendo imposta multa por descumprimento de obrigação acessória no valor de R\$1.846,25, correspondente ao percentual de 1% sobre o valor comercial das mercadorias;
3. Deixou de proceder a retenção do ICMS e o conseqüente recolhimento, na qualidade de sujeito passivo por substituição, relativo às operações internas subsequentes, nas vendas realizadas para contribuintes localizados neste Estado, nos meses de janeiro a dezembro de 2007, janeiro a dezembro de 2008, sendo exigido ICMS no valor de R\$5.428,83, acrescido da multa de 60%;
4. Deixou de efetuar o recolhimento do ICMS antecipação parcial, referente às aquisições de mercadorias provenientes de outras unidades da Federação adquiridas para fins de comercialização, nos meses de março a agosto e outubro de 2007, sendo exigido ICMS no valor de R\$5.464,62, acrescido da multa de 60%;
5. Multa percentual sobre o imposto (ICMS) que deveria ter sido pago por antecipação parcial, referente às aquisições de mercadorias provenientes de outras unidades da Federação adquiridas com fins de comercialização e devidamente registradas na escrita fiscal, com saída

posterior tributada normalmente, nos meses de janeiro, março, julho a setembro e dezembro de 2008. Multa de 60% no valor de R\$2.726,20.

O autuado apresentou defesa (fls. 82/86), consignando que após análise dos procedimentos fiscalizadores conduzidos pela autuante e verificação dos arquivos fiscais e contábeis, reconhece as infrações 1, 2, 4 e 5, inclusive registrando que o valor reconhecido foi objeto de parcelamento.

Insurge-se contra a infração 3, afirmando que não concorda com a penalidade imposta, pois sempre teve cuidado na emissão das notas fiscais de vendas para comercialização para contribuintes devidamente habilitados junto ao Fisco estadual.

Sustenta que é necessário o ônus da prova por parte do Fisco, que naquele período da fiscalização das referidas notas fiscais, se o site do SINTEGRA (ferramenta de pesquisa) estava devidamente atualizado com o cadastro de contribuintes com o Estado da Bahia. Traz a definição da expressão “ônus da prova” e “princípio”.

Questiona como pode o Fisco afirmar que no período de ocorrência dos fatos o site do SINTEGRA estava como o cadastro das empresas devidamente atualizado e aplicar uma penalidade sem esses dados concretos.

Suscita ainda a questão que não dispunha de acesso livre no sistema da SEFAZ para efetuar pesquisa cadastral, sendo que somente após a implantação da nota fiscal eletrônica é que obteve se uma empresa está ou não habilitada junto à SEFAZ em sua forma automática.

Conclui requerendo a improcedência parcial do Auto de Infração.

A autuante prestou informação fiscal, fls. 103, contestando a argumentação defensiva atinente à situação irregular junto à SEFAZ, informando que os dados disponíveis nos demonstrativos “*Auditoria da Substituição Tributária – Falta de Retenção – Contribuintes Desabilitados*” para o exercício de 2007 e 2008 e, constantes nas fls. 27 a 38, foram extraídos do banco de dados da SEFAZ/BA. Acrescenta que para comprovação da exatidão dos mesmos, anexa o relatório do INC – Sistema de Informação de Contribuinte “*Histórico de Situação*”, no qual há 10 (dez) inscrições estaduais com os respectivos históricos da situação cadastral demonstrando que as mesmas estavam em situação irregular na data da operação de venda.

Quanto à disponibilidade e integralidade da informação no site do SINTEGRA, esclarece que a informação da situação cadastral do contribuinte está acessível a todos, tanto no site do SINTEGRA, quanto no site da SEFAZ/BA, na opção “*Inspetoria Eletrônica/Cadastro/Consulta/Resumo Cadastral - DIE*”, há mais de uma década.

Assevera que na opção “*Inspetoria Eletrônica/Cadastro/Consulta/Resumo/Editais*” também estão disponibilizados os editais de intimação, cancelamento, inaptidão e baixa. Afirma ainda que desde 2005 a intimação é publicada no Diário Oficial do Estado da Bahia e no site da mesma, sendo que o cancelamento, a inaptidão e a baixa são disponibilizados apenas no site.

Finaliza mantendo o Auto de Infração.

Às fls. 119/121, constam extratos do Sistema SIGAT, referentes ao pagamento valor do débito reconhecido.

VOTO

Versa o Auto de Infração em lide sobre o cometimento de cinco infrações à legislação do ICMS imputadas ao autuado, dentre as quais este reconheceu as infrações 1, 2, 4 e 5, inclusive efetuando o pagamento parcelado do valor do débito reconhecido, e se insurgiu contra a infração 3.

No que tange à infração 3 - *Deixou de proceder a retenção do ICMS e o conseqüente recolhimento, na qualidade de sujeito passivo por substituição, relativo às operações internas subsequentes, nas vendas realizadas para contribuintes localizados neste Estado* -, verifico que diz respeito a vendas realizadas pelo autuado para contribuintes em situação cadastral irregular.

Observo que o autuado argumenta que cabe ao Fisco provar que os destinatários das notas fiscais arroladas na autuação se encontravam, à época dos fatos, em situação cadastral irregular, e se o site do SINTEGRA estava devidamente atualizado com o cadastro de contribuintes do Estado da Bahia.

Noto também que a autuante contesta a alegação defensiva, consignando que os dados disponíveis nos demonstrativos “*Auditoria da Substituição Tributária – Falta de Retenção – Contribuintes Desabilitados*” para o exercício de 2007 e 2008 e, constantes nas fls. 27 a 38, foram extraídos do banco de dados da SEFAZ/BA, sendo que, o relatório do INC – Sistema de Informação de Contribuinte “*Histórico de Situação*”, no qual há dez inscrições estaduais com os respectivos históricos da situação cadastral demonstrando que estas se encontravam em situação irregular na data da operação de venda.

Diz que a informação da situação cadastral do contribuinte está acessível a todos, tanto no site do SINTEGRA, quanto no site da SEFAZ/BA, na opção “*Inspetoria Eletrônica/Cadastro/Consulta/Resumo Cadastral - DIE*”, há mais de uma década. Acrescenta que na opção “*Inspetoria Eletrônica/Cadastro/Consulta/Resumo/Editais*” também estão disponibilizados os editais de intimação, cancelamento, inaptidão e baixa. Afirma ainda que desde 2005 a intimação é publicada no Diário Oficial do Estado da Bahia e no site da mesma, sendo que o cancelamento, a inaptidão e a baixa são disponibilizados apenas no site.

No presente caso, constato que assiste razão a autuante, haja vista que cabe ao contribuinte – vendedor, antes de realizar o negócio mercantil, verificar a situação cadastral do contribuinte – comprador, constituindo tal verificação uma obrigação acessória que deve ser cumprida, a fim de afastar a possibilidade de descumprimento até mesmo de uma obrigação principal e, conseqüentemente, a exigência de imposto e imposição de multa, conforme este item da autuação.

Nesse sentido, convém transcrever as disposições do art. 142, I, do RICMS/97, conforme abaixo:

“Art. 142. Além das obrigações previstas na legislação, relativas à inscrição, emissão de documentos, escrituração das operações e prestações, fornecimento de informações periódicas e outras, são obrigações do contribuinte:

I - exigir de outro contribuinte, nas operações que com ele realizar, a exibição do extrato do Documento de Identificação Eletrônico (DIE);”.

Como se verifica da leitura do dispositivo regulamentar acima reproduzido, o contribuinte tem a obrigação de exigir de outro contribuinte quando realiza suas operações, a exibição do extrato do Documento de Identificação Eletrônico (DIE), obviamente, para comprovar a sua situação cadastral.

Portanto, independentemente de consulta nos sites, a exigência de exibição do Documento de Identificação Eletrônico (DIE), permite ao contribuinte-vendedor saber a real situação cadastral do contribuinte-comprador.

Diante disso, este item da autuação é subsistente.

Voto pela PROCEDÊNCIA do Auto de Infração, devendo ser homologado o valor recolhido.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 1ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE** o Auto de Infração nº **281332.0016/12-2**, lavrado contra **FUJICLICK CINE FOTO LTDA.**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$14.759,63**, acrescido da multa de 60%, prevista no art. 42, II, alíneas “a”, “e” e “f”, da Lei nº 7.014/96, e dos acréscimos legais, além das multas por descumprimento de obrigação

acessória no valor de **R\$4.572,45**, previstas nos incisos XI e II, “d”, do mesmo Diploma legal, com os acréscimos moratórios previstos pela Lei nº 9.837/05, devendo ser homologados os valores efetivamente recolhidos, com o devido acompanhamento do parcelamento, já pagos.

Sala das Sessões do CONSEF, 15 de fevereiro de 2013.

RUBENS MOUTINHO DOS SANTOS – PRESIDENTE/RELATOR

JOSÉ BIZERRA LIMA IRMÃO - JULGADOR

JOSÉ RAIMUNDO CONCEIÇÃO - JULGADOR